



POR UMA ABORDAGEM DA ATUAÇÃO DO ESTADO NA VIDA E NA PATRIMONIALIZAÇÃO DA FIGURA DE ATHUR BISPO DO ROSÁRIO

Tayara Barreto de Souza Celestino

Mestranda no Programa Interdisciplinar em

Culturas Populares (PPGCULT-UFS)

Bacharelada em Museologia (UFS)

Pós-Graduada em Museografia e Patrimônio Cultural

pelo Centro Universitário Claretiano

Integrante do Grupo de Estudos em Memória e

Patrimônio Sergipano (GEMPS/CNPq).

E-mail: tay.celestino@gmail.com

ST 2 - Representações, Memória e Humanidades:

a produção do conhecimento em tempos de crise

O presente artigo pretende discutir a atuação e participação do Estado em dois momentos distintos, em que as atenções da sociedade brasileira se voltaram para a vida e obra de Arthur Bispo do Rosário, sujeito que passou a maior parte de sua vida na cidade do Rio de Janeiro, cuja imagem *post-mortem* se consolidou na cidade de Japaratuba, Sergipe, através da atuação da sociedade civil organizada, mas principalmente pelo interesse público do Estado, expresso na atuação do poder público municipal.

No primeiro momento, é possível refletir sobre a atuação de um estado excludente no contexto da sociedade carioca, que gradativamente afastou sujeitos em condição social semelhante à experimentada por Bispo do convívio da cidade carioca. De acordo com Campos (2016), este sujeito conseguiu espaço no Rio de Janeiro, alistando-se como marinheiro no quartel central do corpo de marinheiros nacional. O marinheiro, de traje azul e branco, teve vida marcada por punições e prisões, por faltas, intercaladas por períodos de comportamentos exemplares e promoções. Foi classificado primeiramente como grumete e depois como sinaleiro. Teve sucessos e fracassos nesta profissão, quando a exclusão social ainda não se anunciava como destino final. Não sendo possível, neste artigo, fazer uma antropologia da marinha enquanto setor do



Estado, no entanto, é possível compreender como uma burocracia estatal aproximou e afastou sujeitos, de acordo com aquilo que cada um tenha a oferecer.

Estado, sujeito e sociedade

Ao fazer uma etnografia do Estado, Bevilaqua (2003), apresentou a forma como uma burocracia deveria funcionar, para garantir o princípio da igualdade entre os cidadãos. De maneira muito geral, a sociedade brasileira enxerga a burocracia como um elemento negativo, muito por conta de uma ineficiência em termos de prestação de serviços e de resolução de questões de interesse privado. Todavia, a sociologia weberiana chamou a atenção para o fato de que a burocracia é um dos fundamentos do Estado moderno, a partir da qual a relação com as pessoas ganha um caráter impessoal, não havendo interesses além daqueles que garantam a organização de um Estado eficiente e justo.

No contexto brasileiro, Estado e sociedade civil interagem com outros temas, dos quais o corporativismo, populismo, clientelismo e autoritarismo, dando um novo caráter à burocracia do Estado, que a uns beneficia enquanto a outros maltrata. Ao refletir sobre o exército, Bevilaqua (2003) percebeu como a corporação atua na vida dos integrantes, diferenciando-os dos demais sujeitos participantes da sociedade:

Um dos trabalhos diz respeito ao exército, em especial às maneiras como os militares constituem um grupo com uma identidade muito bem formatada a partir de uma codificação hierárquica do mundo e de suas relações (...) Porém, entre estes indivíduos há uma parcela em cuja auto-imagem há a visão de que apenas eles são militares “de fato”: os militares de carreira, que representam hoje aproximadamente metade do efetivo acima, excluindo desta parcela tanto aqueles que se encontram na condição transitória do recrutamento imposto pelo serviço militar obrigatório quanto os que pertencem ao corpo da reserva. Portanto, nessa construção, o militar “legítimo” – que inclusive usufrui desta condição – é aquele consagrado por uma carreira que tem como trajetória única o pertencimento a uma cadeia de comando-obediência pela qual cada indivíduo tem o direito de realizar uma escalada hierárquica (BEVILAQUA: 2003: 112).

Tendo procurado a marinha voluntariamente e obtendo sucesso no recrutamento, Bispo inaugurou uma fase em sua trajetória marcada pela superação e intensificação da força física juntamente com a necessidade do comportamento disciplinado. Durante esta fase, acumulou diversas viagens marítimas por todo o Brasil e pela Europa, conforme



atestam os registros em diversos estandartes de sua autoria, nos quais estão gravados nomes de diversas cidades e portos. Ao que tudo indica, no entanto, a imagem de Bispo como um “militar legítimo” não obteve tanto sucesso, tendo em vista o conjunto de exigências da corporação, não plenamente atendidas, quando observamos os rumos tomados em sua vida.

Em 1928, Bispo conciliou a carreira na marinha com a atividade de boxeador. Vários jornais da época registaram a atividade de pugilista. Consta que “Arthur Bispo”, como era conhecido no meio esportivo, tinha uma enorme resistência física aos golpes dos adversários, o que o levou a ser referido pelos jornais como o “lobo do mar” e o “marujo de bronze”. Em 1932, possuía o título de campeão dos pesos leves da Armada. Por fim, Campos (2016) deu conta de que, em 08 de Junho de 1933, Bispo foi desligado da Marinha por indisciplina, quando os jornais noticiaram sua saída da Armada.

Se por um lado a sociedade carioca prontamente identificou em Bispo elementos de valoração enquanto participante do militarismo, o mesmo não se observa em sua relação com a corporação. O sucesso do boxeador como “Lobo do Mar” e “Marujo de bronze” não se mostrou compatível com uma carreira militar, já que a indisciplina marcou sua passagem final. É provável que o acúmulo de “funções” tenha prejudicado qualquer tentativa de excelência na marinha, destoando do que se espera de um “bom marujo”. Se aprofundarmos essa abordagem, é possível perceber ainda o caráter excludente de qualquer burocracia estatal que busca a “excelência”.

Após sair da marinha, no mesmo ano, Bispo empregou-se como lavador de bondes na companhia *Light*. Foi promovido três vezes: ajudante de vulcanizador, vulcanizador e meio oficial. As atividades como boxeador continuaram durante o período. Em Janeiro de 1936, sofreu um acidente que lhe esmagou um osso do pé, produzindo sequelas que o impediram de prosseguir na carreira de pugilista. Um ano depois do acidente, foi demitido da *Light* por descumprimento de ordem e ameaça ao profissional superior hierárquico. Ingressou com ação indenizadora, sendo representado por José Maria Leone, quando foi morar na casa deste advogado, à Rua São Clemente, n. 301, bairro Botafogo.



Novamente, em diálogo com Bevilaqua (2003), podemos refletir sobre esta nova fase de trabalho e sua regulamentação estatal. A empresa *Light*, apesar de ser um grupo canadense¹, atuou no Rio do Janeiro e no Brasil respeitando a burocracia estatal local, aproveitando-se dos serviços do trabalhador, até pouco depois do acidente sofrido em circunstâncias desconhecidas. O fato é que, pouco tempo Bispo ficou empregado na *Light* após a má sorte ter comprometido a saúde de um dos pés, apesar da justificativa oficial de desligamento ter sido, assim como em relação ao desligamento da marinha, um histórico de indisciplina.

A procura por reparos legais, mediante ação indenizatória junto à burocracia do estado contra a empresa, confere novo elemento explicativo da gradual exclusão social experimentada por este ex-marinheiro e agora ex-trabalhador formal. Após esta fase, viveu em uma dependência no quintal da casa onde trabalhou como empregado doméstico. No ano de 1938, teve o primeiro “surto”. Nesta noite, saiu dos fundos da casa onde morava em uma espécie de peregrinação que terminou na igreja da Candelária, conforme atestou a memória contida em um de seus estandartes.

De acordo com relato do médico Durval Nicolaes, Bispo descobriu ser Jesus Cristo e ter missão religiosa. Após o diagnóstico de esquizofrênico paranoide, foi encaminhado ao Hospital Nacional dos Alienados. Um ano depois, transferiram-no para a Colônia Juliano Moreira, e eis Bispo, em uniforme azul manicomial, alojado no pavilhão dez do núcleo Ulisses Vianna, reservado aos pacientes “agressivos e agitados”.

É desta fase de sofrimento e de reclusão que se observa chegar ao extremo aquilo o que Herzfeld (2016) chamou de *produção social da indiferença*, provocada por um sem número de incompreensões, rejeições e exclusão social. É desta fase que, também, surge um movimento individual de resistência (e de necessidade de sobrevivência), que aos poucos empurrou Bispo, de um mundo solitário a um novo mundo social, quando um novo tom azul despertou a curiosidade de muitos, já que suas criações gradativamente atravessaram as fronteiras do manicômio.

¹ Para mais informações sobre a empresa Light, recomenda-se a visita em seu website <www.light.com.br>.



Os dez anos finais da vivência de Bispo foram marcados por momentos de reaproximação social e de reconhecimento, com a chegada de pessoas que não eram apenas internas da colônia, mais agora sujeitos interessados na expressão artística. Esse momento de afirmação e contato com o público deixou as marcas atuais de grandeza, com as apresentações em bienais, exposições, documentários, ensaios fotográficos, para alguns inaugurando a arte contemporânea no Brasil, chegando a ser comparado com artistas internacionais. Inaugura-se uma nova relação envolvendo a figura de Bispo e o poder público, principalmente após sua morte, quando sua imagem se tornou objeto de patrimonialização.

Coube à tese de doutoramento de Viviane Trindade Borges (2011) a tarefa de perceber “a invenção de um artista”, o que ocorreu pela ação de diversos lugares, desde estudos acadêmicos, documentários e documentos, entrevistas, poemas, sambas-enredos, fotografias, reportagens e o inventário de peças. Por estas produções, o sujeito Bispo do Rosário foi enunciado, saindo do “esquecimento” rumo ao “tombamento”.

A pesquisadora dedicou atenção a todas as fases de vida de Bispo, desde o período anterior à internação, passando pela estadia na colônia Juliano Moreira e a relação com o mundo das artes. Com a pesquisa, foi possível perceber não apenas “a vida do Bispo”, como também o conjunto das relações que o lançaram ao patamar de “um ilustre artista”, consagrado como um “ser genial” pelo conjunto de sua obra, mas principalmente pela atuação de intelectuais, pesquisadores, jornalistas, fotógrafos, curadores e críticos de arte nele interessados.

Compreender a vida e obra de Arthur Bispo do Rosário em suas relações com as áreas interessadas em sua vida, personalidade e criações artísticas é uma tarefa que envolve perceber as fabricações em torno de sua personalidade, cujo discurso atualmente encontra-se patrimonializado enquanto tentativa de constituição do patrimônio (GONÇALVES: 2009), o que ocorreu na cidade de Japaratuba/SE, que dedica variados espaços a sua memorização.

Estado e mercado da cultura

Esta nova fase é caracterizada pela intervenção do Estado na cultura, já no contexto do Brasil dos anos de 1990, quando o próprio Ministério da Cultura afirmou

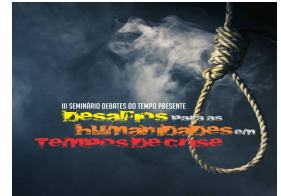


que a “*Cultura é um bom negócio*” (RUBIM: 2007: 26) e a política cultural no Brasil passou a funcionar atrelada às leis do mercado. A aparente figura inocente de Bispo, reproduzida na cidade de Japaratuba, de maneira até insistente, não pode ser entendida como uma criação espontânea, “pronta e acabada”. Ela serviu ao interesse de elevar Japaratuba ao circuito turístico do patrimônio cultural, ao lado de Laranjeiras e São Cristóvão, outras duas cidades sergipanas já consagradas no roteiro do mercado patrimonial local.

O poder público estatal japaratubense aproveitou-se do clima sucesso obtido na fase derradeira da vida de Bispo, para torná-lo o ator principal da cidade, “ator fabricado”, ilustre do lugar, alçado à condição de referência cultural (CORSINO: 2000), da arte e cultura popular em Japaratuba. Há elementos de sua presença nos espaços do Memorial Histórico de Japaratuba Dr. Otávio Accioli Sobral, na Secretaria de Cultura da cidade, na Casa da Juventude Arthur Bispo do Rosário, no Espaço Cultural Bispo do Rosário (monumento), bem como na repercussão anual do Festival de Arte Bispo do Rosário. Neste momento, o poder público construiu uma eficaz narrativa na qual “quis de volta seu Bispo” e, para amenizar uma ausência, começou a fabricar coisas, lugares e objetos que remetem a esta figura. Dente essas coisas estão a estátua na entrada da cidade, o memorial com uma sala de exposição, e fundamentalmente o festival que anualmente acontece na cidade que está na XVII edição em 2018.

O Festival de Artes Arthur Bispo do Rosário, promovido com o intuito de movimentar a cidade e apresentar ao público visitante as manifestações artísticas e culturais locais, fomenta uma interação entre a comunidade local e os turistas, que interagem a partir de atividades artísticas, oficinas e apresentações de teatro e danças. O evento divulga a cidade e as produções artísticas, acontecendo anualmente todo mês de janeiro, integrado ao calendário de celebrações municipais. Em dias de festa, o monumento em homenagem a Bispo consegue cumprir uma função de integrada com a programação festiva.

Apesar de todo o trabalho empreendido pelo poder público em fabricar a imagem apenas de um Bispo de sucesso, enquanto referência cultural local, não há como negar a persistência, na cidade, de ambas as ideias, o Bispo artista, mas também a do Bispo enfermo e excluído, em meio à sociedade carioca. Ambas as referências



persistem, sendo provável que determinada pessoa somente enxergue uma e não a outra. Há relatos de pessoas japatubenses que negam, hoje, a presença de Bispo, ou que, no mínimo, não concordam com qualquer identificação da cidade com esse sujeito. Não sabemos se o que se esconde por trás do pensamento destas pessoas seria aquilo o que Burke (2017) chamou de “vandalismo religioso”, o que significaria um testemunho infeliz, de uma época em que não faltam evidências sobre a permanência do racismo e da intolerância, inclusive numa cidadezinha de ares interioranos, tema que o Estado, todo poderoso, ainda não se propôs a enfrentar.

Referências

- BEVILAQUA, Ciméa; LEIRNER, Piero de Camargo. Notas sobre a análise antropológica de setores do estado brasileiro. In: *Rev. Antropol. (online)*, vol. 43, 2000.
- BORGES, Viviane Trindade. *Do esquecimento ao tombamento: a invenção de Arthur Bispo do Rosário*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2010.
- BURKE, Peter. A história cultural das imagens. In: *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Unesp, 2017.
- CAMPOS, Marcelo. *Um canto, dois sertões: Bispo do Rosário e os 90 anos da Colônia Juliano Moreira*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2016.
- CORSINO, Célia Maria. Referências Culturais: bases para novas políticas de patrimônio. In: *Inventário de referências culturais: manual de aplicação*. Brasília: IPHAN, 2000.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- RUBIM, Antônio A. C.. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.